

RN em FOCO

2020



RIO GRANDE DO NORTE

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS — SEPLAN Governadora do Estado: Maria de Fátima Bezerra

Vice-Governador do Estado: Antenor Roberto Soares de Medeiros

Secretário de Estado de Planejamento e das Finanças: José Aldemir Freire

> Controlador Geral do Estado: Pedro Lopes de Araújo Neto



Governo do Estado do Rio Grande do Norte Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças Coordenadoria de Contabilidade Geral do Estado do Rio Grande do Norte



Joelson Esdralins
Subcoordenador

Adriana Sampaio Portela

Allan Targino

André Souto

Carlos Lins

Delma Maria S. de Araújo

Ezequely Freitas

Gabriel Ismael

Íris Regina

Janaína de Lourdes

Lucas Nogueira Frota

Marcílio de Morais

Mariana Oliveira

Sílvio Oliveira

Vanessa de Sousa Costa

Wellenilson Câmara



INTRODUÇÃO

O RN em Foco é uma publicação da Coordenadoria de Contabilidade Geral que traz os principais números do Estado no exercício financeiro de 2020 comparando-os ao exercício financeiro de 2019.

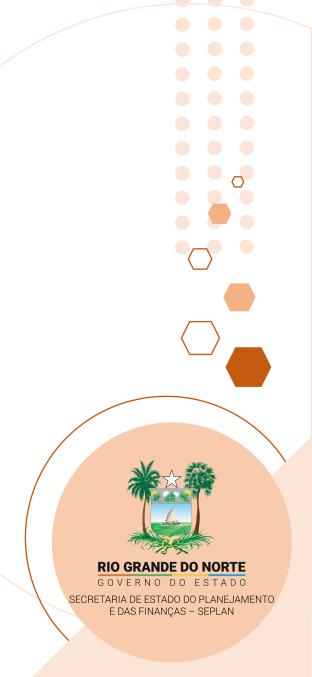
A intenção é promover mais uma ferramenta para o acompanhamento da situação orçamentária, financeira e fiscal do governo.

O exercício foi marcado pela retração da atividade econômica com forte queda no primeiro semestre das receitas próprias do Estado, como ICMS, FPE, etc, apresentando uma recuperação no segundo semestre. A recuperação ocorrida no segundo semestre somada as medidas de compensação financeira do Governo Federal e o controle da despesa pública proporcionaram um superávit orçamentário do exercício de 2020.

No tocante à despesa, destacamos o controle do item de pessoal e encargos. Outro momento importante é o crescimento, em relação ao mesmo período do ano anterior, dos gastos com saúde e educação.

Os valores estão em milhares de reais, salvo quando citado em contrário.

Boa Leitura!



GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

<u>Despesas Correntes:</u> são os valores gastos no período com a folha de pessoal, com os juros da dívida e com o custeio da máquina pública em geral.

<u>Despesas de Capital:</u> são os valores gastos com os investimentos, por exemplo, a compra de equipamentos, veículos e o pagamento do principal da dívida pública.

<u>Despesas Intraorçamentárias:</u> são os gastos realizados entre órgãos do Estado, substancialmente, com a cota patronal devida ao regime próprio de previdência do Estado do Rio Grande do Norte.

<u>Dívida Consolidada</u>: dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. (LRF art. 29, I)

<u>Dívida Consolidada Líquida:</u> a DCL representa a dívida consolidada bruta menos o saldo da disponibilidade líquida de caixa, apurados, para fins deste relatório, em 31/12. (RSF 40/2001 art. 1°, §1°, V)

Receitas Correntes: são os valores arrecadados de tributos, contribuições dos servidores para o regime próprio de previdência, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, as transferências correntes e outras receitas correntes.

Receita Corrente Líquida (RCL): somatório das receitas correntes arrecadadas no período deduzidas as transferências constitucionais e legais, a contribuição do servidor para o seu regime de previdência, as compensações financeiras entre os regimes de previdência e o recurso destinado para a formação do FUNDEB.

Receitas de Capital: são os ingressos de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

<u>Receitas Intraorçamentárias:</u> são os valores arrecadados em operações entre os órgãos do Estado, substancialmente, com a cota patronal devida ao regime próprio de previdência do Estado do Rio Grande do Norte.

Receita Líquida de Impostos: receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde. Essa receita distinguese na educação pela inclusão da cota parte do IOF-ouro que não compõe a base da saúde

Restos a Pagar: compõem um importante passivo financeiro do Estado. São valores que passaram pela execução orçamentária em exercícios anteriores e que ainda estão pendentes de pagamentos. Distinguem-se em restos a pagar processados e não processados. Os restos a pagar processados já foram liquidados e os não processados ainda estão pendentes do estágio da liquidação no momento da inscrição.

Resultado Nominal: nominal é conceituado como a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) em um determinado período (resultado abaixo da linha), e também pode ser obtido a partir do resultado primário adicionando a conta de juros (resultado acima da linha).

Resultado Orçamentário: é apurado no Balanço Orçamentário, é obtido pelo confronto das receitas arrecadadas líquidas e as despesas empenhadas.

<u>Resultado Previdenciário</u>: é representado pela diferença entre as receitas previdenciárias arrecadadas e despesas previdenciárias empenhadas no período.

Resultado Primário: representa a diferença entre as receitas e despesas primárias e o seu resultado representa o esforço fiscal do Estado no controle do crescimento da dívida pública.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Em 2020, o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 177,605 milhões aumentando em 119,77% em relação ao resultado de 2019.

Alguns fatores contribuíram para o bom resultado:

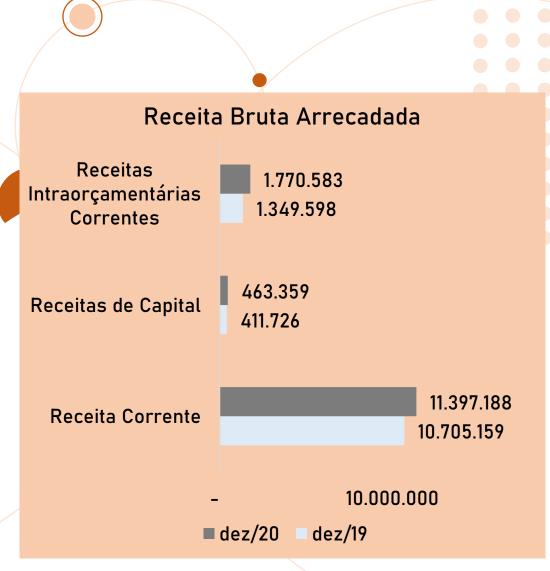
- ✓ Crescimento de 9,34% da receita orçamentária, ocasionado, principalmente, pelas transferências da União e pelo crescimento da receita própria (ICMS/IPVA);
- ✓ Controle da despesa orçamentária que no período cresceu, nominalmente, apenas 0,67%. Um dos fatores que contribuíram para o baixo crescimento da despesa foi o controle da rubrica de pessoal e encargos e a suspensão do pagamento da dívida pública.



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

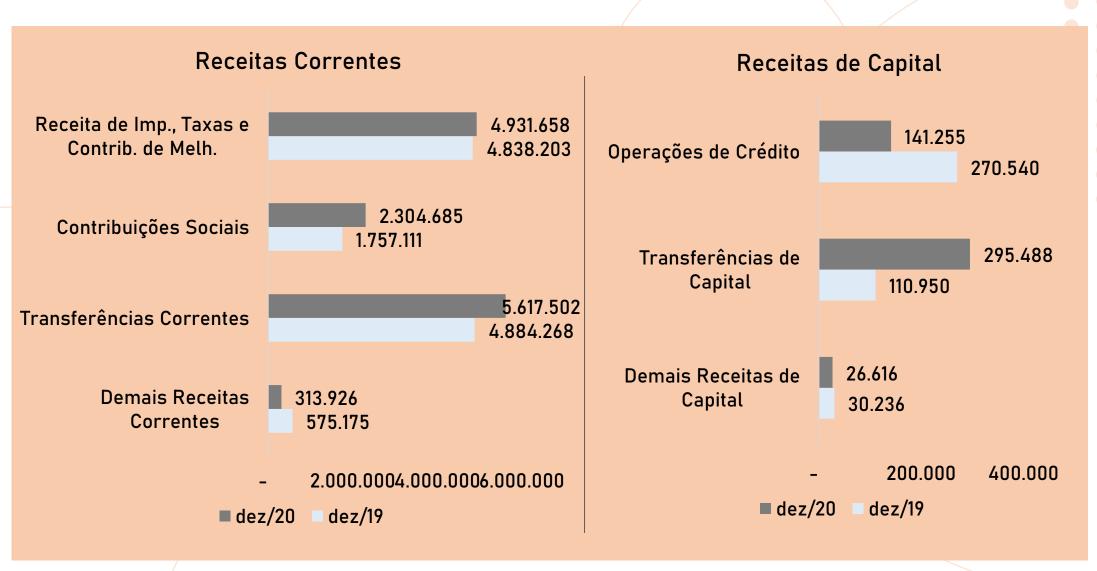
Em razão das consequências da Pandemia do Coronavírus o Exercício Financeiro de 2020 teve dois períodos distintos na economia, tendo reflexos nas receitas arrecadadas pelo Estado do RN. No primeiro semestre de 2020 o estado contava com uma queda da Receita Corrente da ordem de 3,89%.

As transferências do governo federal, como medidas de enfrentamento à pandemia e os investimentos na retomada da economia, somados ao lançamento pelo Governo do RN de um novo Programa de Recuperação de Créditos Tributários como ICMS e IPVA geraram uma reversão da tendência de queda da arrecadação, fechando o exercício com um crescimento das Receitas Correntes da ordem de 6,46%.



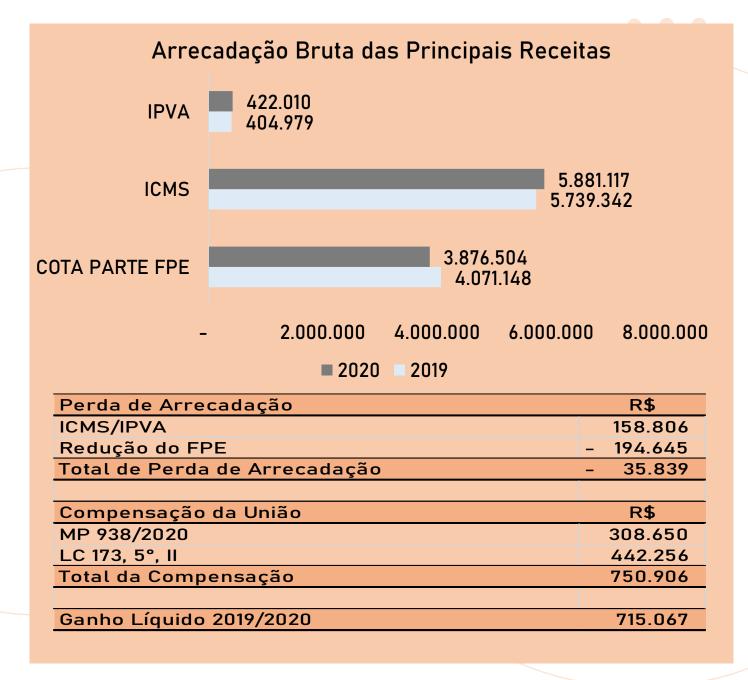
Fonte: RREO - Anexo I

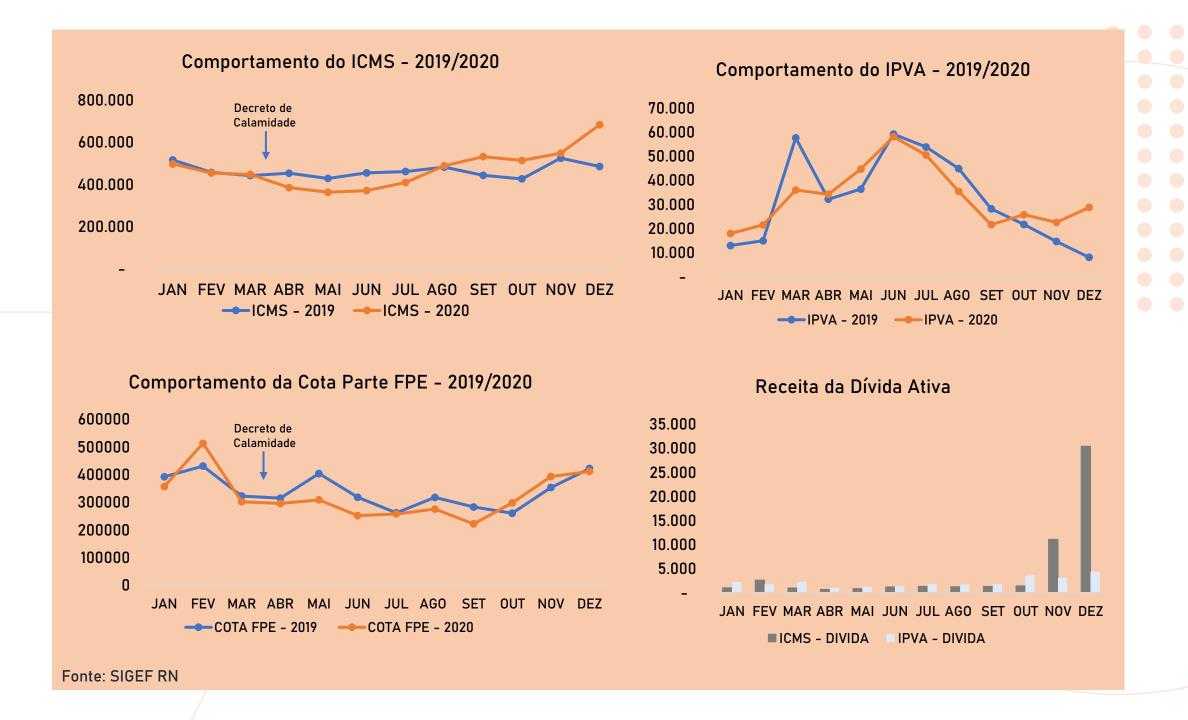
ORIGENS DAS RECEITAS

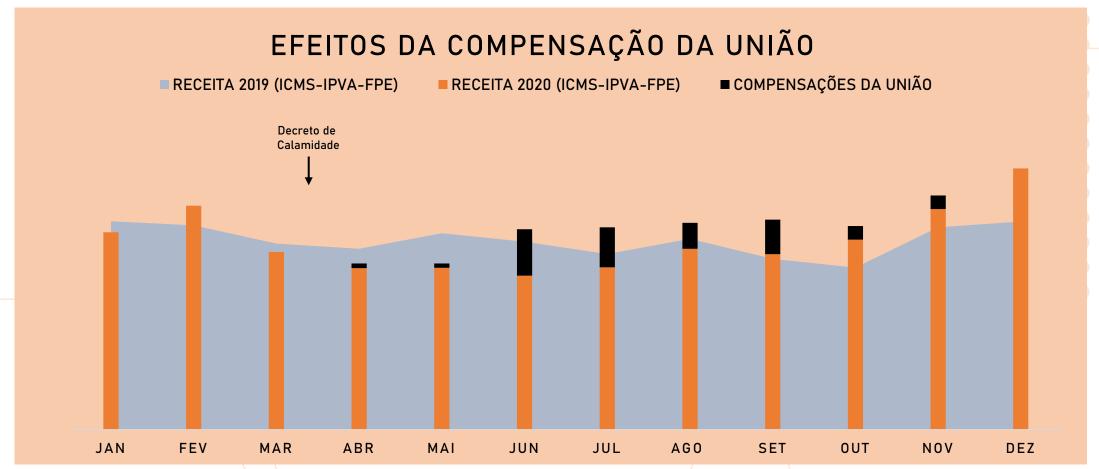


Arrecadação Bruta das Principais Receitas X Compensação da União

Como se pode observar, a retração econômica provocada pelo coronavírus provocou uma redução de R\$ 35,839 milhões na arrecadação própria do Estado, que foi compensada pelas medidas de ajuda financeira aos entes subnacionais aprovadas pelo Congresso Nacional. No período, o Estado recebeu R\$ 750,906 milhões, perfazendo um ganho líquido de R\$ 715,067 milhões.





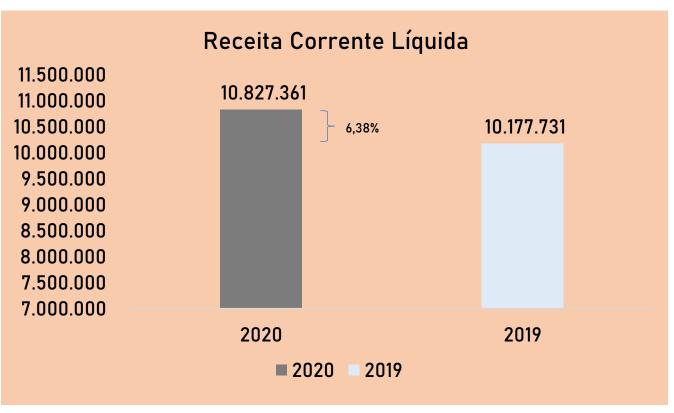


Fonte: SIGEF RN

Em decorrência da calamidade de saúde pública causada pela pandemia do coronavírus, foram editadas a MP 938/2020 e a Lei Complementar nº 173/2020, com o objetivo de efetuar uma compensação aos entes federativos pela perda de arrecadação decorrente da necessidade de manter o fechamento de atividades econômicas e o distanciamento social para o combate a disseminação do vírus. Observa-se dois períodos distintos: um primeiro semestre com queda de arrecadação e um segundo semestre com recuperação da receita própria, principalmente no último trimestre, e as transferências da União, compensando as perdas do período.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

No período de referência, o valor da RCL aumentou em 6,38%. Esse aumento, mesmo na época de crise de saúde causada pela pandemia do COVID-19, é justificado pelas receitas extraordinárias, em especial, a compensação financeira decorrente de perda de arrecadação dos entes subnacionais e os recursos transferidos vinculados ao combate à pandemia.

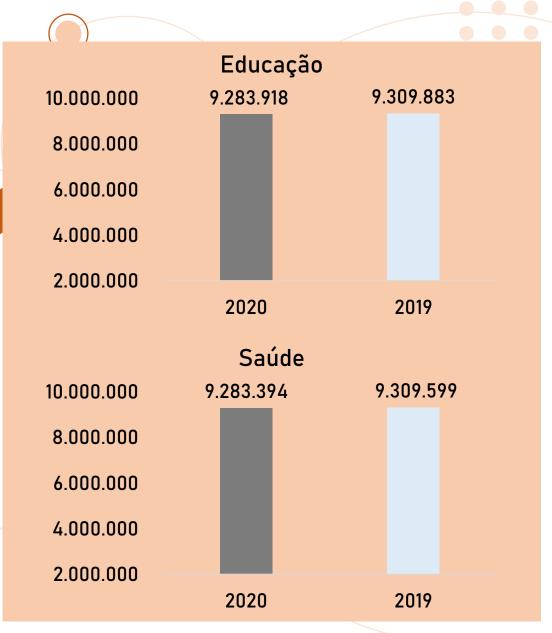


Fonte: RREO - ANEXO III

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)

Observa-se que houve um relativo equilíbrio na RLIT, que são base para o custeio constitucional das funções de Educação e Saúde. A ligeira queda se deve principalmente a significativa perda ocorrida nos repasses do FPE.

O crescimento das Receitas do Estado no segundo semestre de 2020 não foram suficientes para cobrir a redução dos repasses do FPE. A compensação decorrente da ajuda financeira da União não compõe a base da RLIT.



Fonte: RREO - Anexos VIII e XII

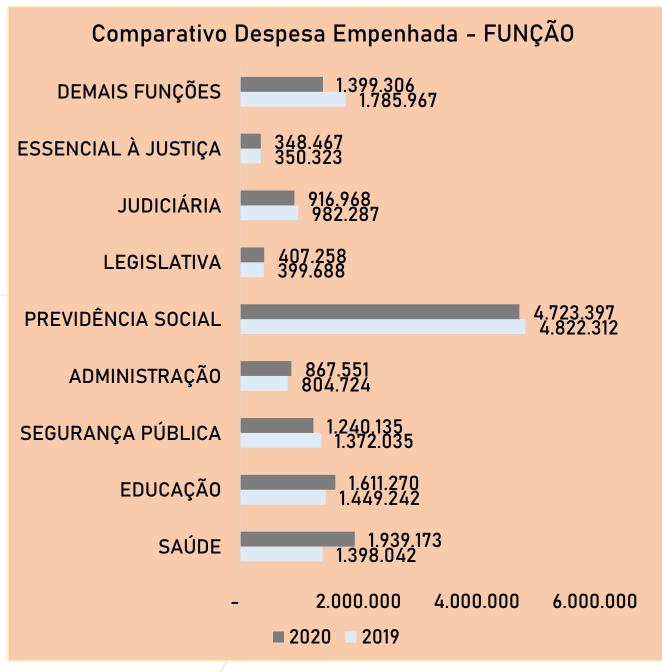
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Na execução orçamentária de 2020, o Governo do RN procurou otimizar a destinação de recursos para o combate à pandemia, e o atendimento à população por meio da rede de saúde do SUS foi a que mais cresceu em 2020.

A boa gestão dos recursos proporcionou um crescimento de somente 0,67% menor que a inflação no período de 4,52% (IPCA/IBGE), sendo que considerando apenas o aumento da despesa empenhada para a Saúde foi da ordem de 38,71%, conforme será detalhado mais adiante.



Fonte: RREO - ANEXO I



Fonte: RREO - ANEXO II

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS FUNÇÃO

Observando o gráfico ao lado, percebese que a função de governo que mais cresceu no período foi a Saúde, com um crescimento de 38,71% dos valores empenhados no período.

Comparativo Despesa Empenhada Por Grupo de Natureza de Despesa (GND)



<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u> GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

Comparando as despesas empenhadas em 2020 e 2019, verifica-se o tamanho do esforço fiscal para conter o crescimento da despesa. O grupo mais representativo do gasto público, pessoal e encargos, praticamente ficou estável no período.

O único grupo que teve crescimento foi de outras despesas correntes, que tem forte relação com os gastos necessários ao combate à COVID-19.

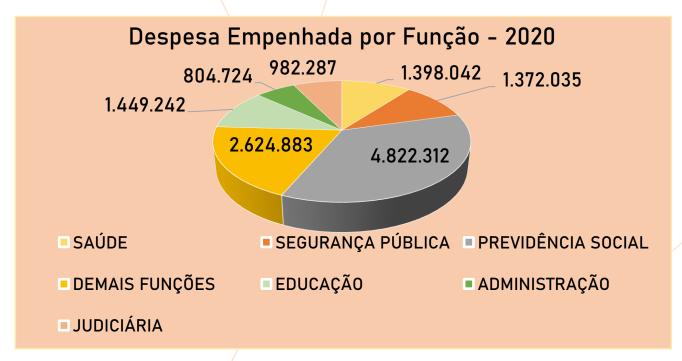
A maior queda foi no grupo de inversões financeiras e foi ocasionado pela mudança de política de incentivos no Estado, que até meados de 2019 era o PROADI e depois foi implantado o PROEDI.

Fonte: RREO - ANEXO I

Despesa Empenhada por GND 2020

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Outras Despesas Correntes
Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida

10.144.900
29.940
2.485.379
144.886
90.320



Fonte: RREO - ANEXOS I e II

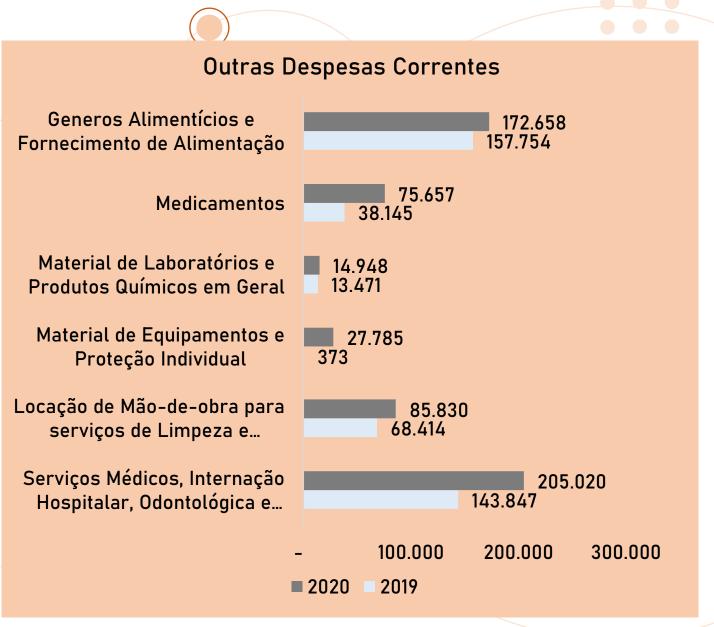
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Como se observa, no exercício de 2020, o grupo de pessoal e encargos representou 75,41% de tudo que foi empenhado de despesa orçamentária, outras despesas correntes, 18,47%.

Quando observamos a execução orçamentária por função de governo, observamos que as funções previdência social, educação, saúde, segurança e judiciária representaram 74,51% dos gastos do governo no período.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES – AUMENTOS NO PERÍODO

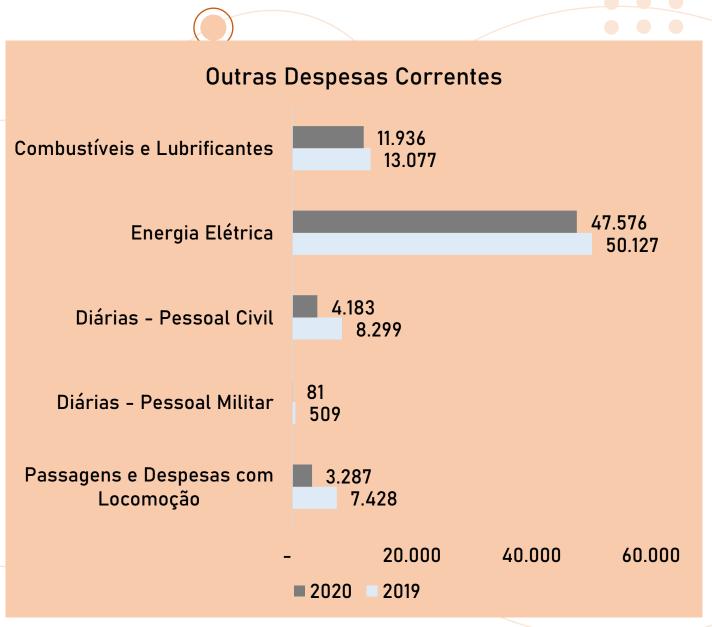
Os itens de despesa que mais cresceram no período têm forte correlação com gastos no combate ao novo coronavírus. Itens como serviços médicos, material de equipamentos e proteção individual, medicamentos, entre outros, tiveram forte aumento no período.



Fonte: SIGEF

OUTRAS DESPESAS CORRENTES - VARIAÇÕES NEGATIVAS

Ainda devido à pandemia e à institucionalização do trabalho remoto no período, alguns itens de despesa tiveram forte queda. Nessa linha se destacam os valores de diárias (exceto as operacionais, que tiveram aumento no período), energia elétrica, combustíveis e passagens.

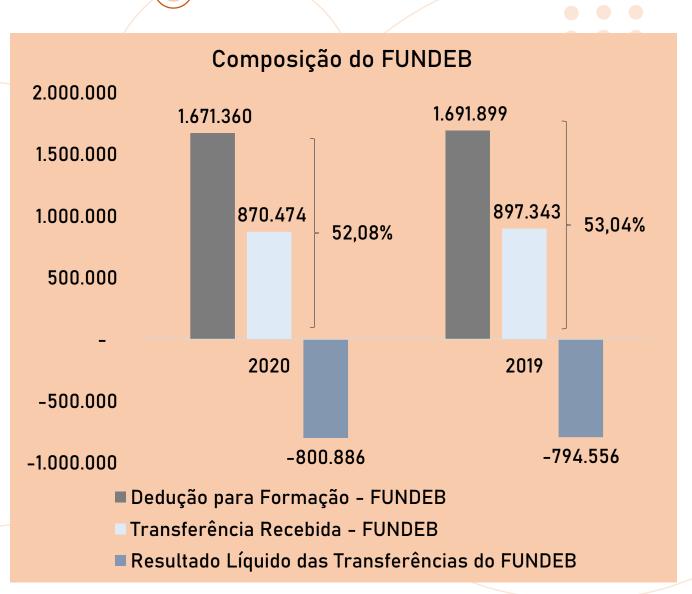


Fonte: SIGEF

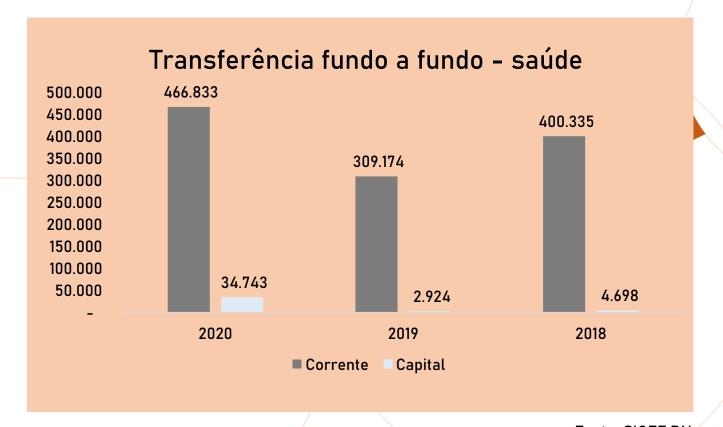
COMPOSIÇÃO DA FORMAÇÃO DO FUNDEB

O resultado líquido das transferências do FUNDEB no exercício de 2020, representado pela diferença entre o valor aportado ao Fundo pelo Governo do RN e o valor recebido da União, representou menos R\$ 800,886 milhões, um valor superior em 0,8% em relação ao mesmo período de 2019. Sempre é importante ressaltar que essa diferença negativa é computada como aplicação mínima em educação pelo governo do Estado.

Em 2019, o retorno do FUNDEB representou 53,04% do total aportado ao fundo, em 2020 esse percentual foi de 52,08%, uma queda de 0,96 pontos percentuais



TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO SAÚDE



Fonte: SIGEF RN

O aumento significativo das transferências fundo a fundo para o sistema único da saúde em 2020 com relação a 2019 foi devido à calamidade sanitária que vivemos (crescimento de 60,71%), os valores repassados também superaram as transferências recebidos em 2018 (acréscimo de 23,84%).

RECEITAS VINCULADAS À COVID-19

Até o final do exercício de 2020, o Estado recebeu transferências da União e arrecadou doações vinculadas às ações de combate ao novo coronavírus no montante de R\$ 358,494 milhões.

Sendo, do total recebido, R\$ 23,962 milhões para financiar despesas de capital que representou 5,17% das receitas de capital.

Natureza de Receita	2020	%
Transferência Fundo a Fundo - BL: Custeio - COVID - 19	148.275	1,12%
LC 173/2020 - Art. 5, I - Saúde e Assistência Social	145.207 8.921 32.129	1,10% 0,07% 0,24%
Doações Diversas - COVID-19		
Lei Aldir Blanc - Lei 14.017		
TOTAL	334.532	2,53%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	13.228.521	100,00%
Natureza de Receita	2020	%
Transferência Fundo a Fundo - BL: Capital - COVID - 19	23.962	5,17%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	463.359	100,00%

Fonte: SIGEF RN

DESPESA EMPENHADA COVID-19 CATEGORIA ECONÔMICA EXERCÍCIO 2020 19.469 297.751 DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CAPITAL



Fonte: SIGEF RN

DESPESAS EMPENHADAS COVID

Durante o exercício de 2020, o governo despendeu o montante de R\$ 317,220 milhões de despesas empenhadas no combate à COVID, ou seja, os serviços já haviam sido contratados junto aos fornecedores. No total 93,86% de despesas correntes e 6,14% de despesas de capital

Do total de valor empenhado, 5,05% foram com recursos próprios do Tesouro, 47,43% com recursos de transferência fundo a fundo da saúde, 35,40% com recursos da LC 173/2020, inciso I, que são vinculados à saúde e à assistência social e ainda houve 10,37% de recursos relacionados a Lei Aldir Blanc de apoio a Cultura.

LIMITE DE PESSOAL - LRF

O governo tem feito um trabalho contínuo de gestão da folha de pessoal ativo e inativos para atingir os limites determinados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Como resultado dos esforços, o Poder Executivo conseguiu reduzir o comprometimento de 66,21% no 1º Quadrimestre de 2019 para 54,81% no 3º Quadrimestre de 2020.



Fonte: RGF - DESPESA COM PESSOAL

A queda no terceiro quadrimestre/20 é justificada por 3 fatores principais:

✓ Aumento da RCL do período;

✓ Crescimento em menor proporção do valor bruto do gasto com pessoal em relação ao crescimento da RCL;

✓ Redução do comprometimento de inativos e pensionistas no índice, devido a pagamento de passivos do Tesouro junto ao regime de previdência;

Nota: O limite máximo de comprometimento da despesa de pessoal é 49% da RCL; (LRF, art. 20, II, alínea c)

Resultado Previdenciário 5.000.000 4.686.722 4.641.733 4.500.000 4.000.000 3.500.000 3.000.000 2.348.457 2.500.000 1.868.851 2.000.000 1.500.000 1.000.000 500.000 2020 2019 ■ RECEITA PREVIDENCIÁRIA DESPESA EMPENHADA PREVIDENCIÁRIA

Fonte: RREO - ANEXO IV

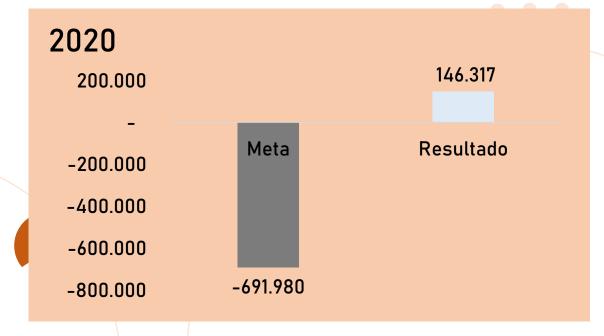
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

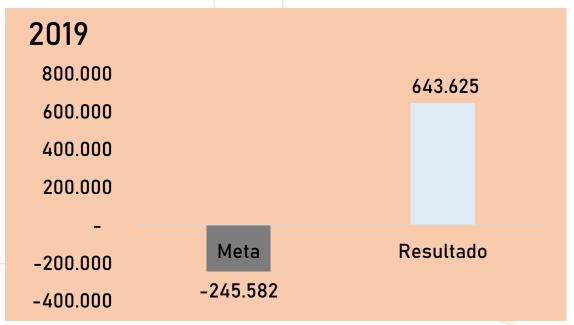
O resultado previdenciário alcançou um déficit no montante de R\$ 2.338,265 milhões, 15,67% menor que no mesmo período de 2019. As receitas previdenciárias, que são representadas basicamente pela cota patronal e contribuição dos servidores, cresceram 25.66%, enquanto que as despesas previdenciárias, que são os benefícios pagos a inativos e pensionistas, cresceram 0,97%.

RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário é um importante indicador que mede o esforço fiscal do Estado para conter o crescimento da dívida pública. O orçamento, em 2020, foi aprovado com um resultado primário negativo de R\$ 691,980 milhões e no período o resultado alcançado foi positivo de R\$ 146,317 milhões.

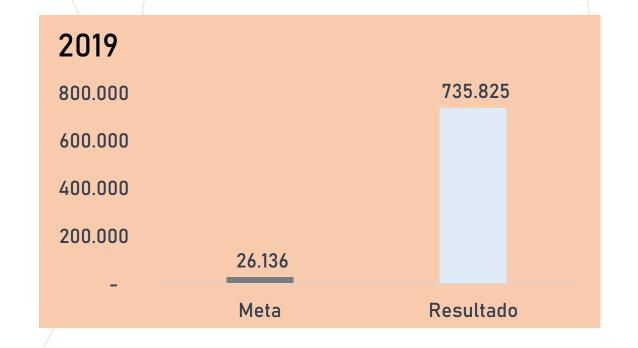
Comparando com o resultado de 2019, observa-se uma redução do resultado primário na ordem de 77,27% ocasionado basicamente pelo pagamento de restos a pagar no período.





RESULTADO NOMINAL

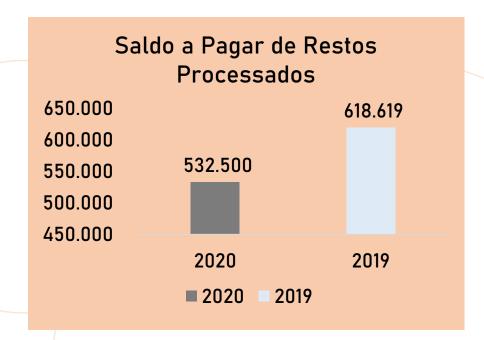
O resultado nominal é medido, pela metodologia abaixo da linha, por meio da variação da dívida consolidada líquida ajustada. No período o resultado nominal foi negativo em R\$ 101,93 milhões.

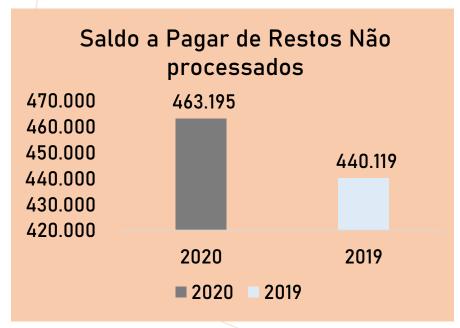


RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar compõem um importante passivo financeiro do Estado. São valores que passaram pela execução orçamentária em exercícios anteriores e que ainda estão pendentes de pagamentos. Distinguem-se em restos a pagar processados e não processados. Os restos a pagar processados já foram liquidados e os não processados ainda estão pendentes do estágio da liquidação no momento da inscrição.

A redução de 13,92% no saldo de restos a pagar processados e o aumento de 5,24% no de não processados tem como uma de suas justificativas o montante elevado inscrito em 2019 de valores referentes a exercícios anteriores que estavam fora da execução orçamentária e que houve um esforço do Governo em reduzir esse passivo.



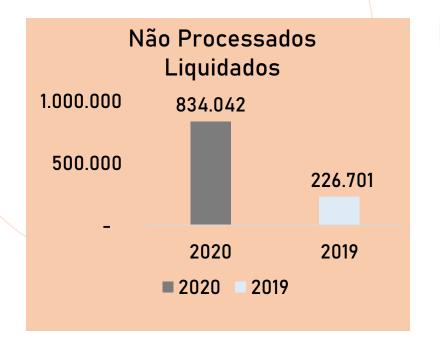


Fonte: RREO - ANEXO VII

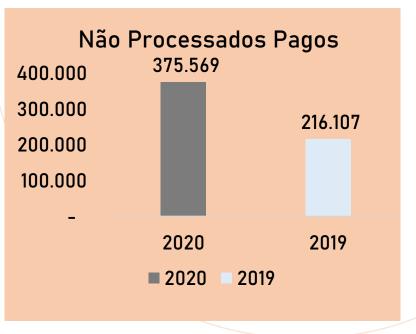
RESTOS A PAGAR

Observa-se no exercício de 2020 que houve um aumento significativo de restos a pagar pagos. Os processados tiveram um aumento de 472,93%, já os não processados 73,79%. Em relação ao mesmo período de 2019.

Outro item importante é o montante liquidado dos restos a pagar não processados, que teve um aumento de 267,90%, decorrente principalmente da melhora da qualidade da inscrição em restos não processados do exercício de 2019.



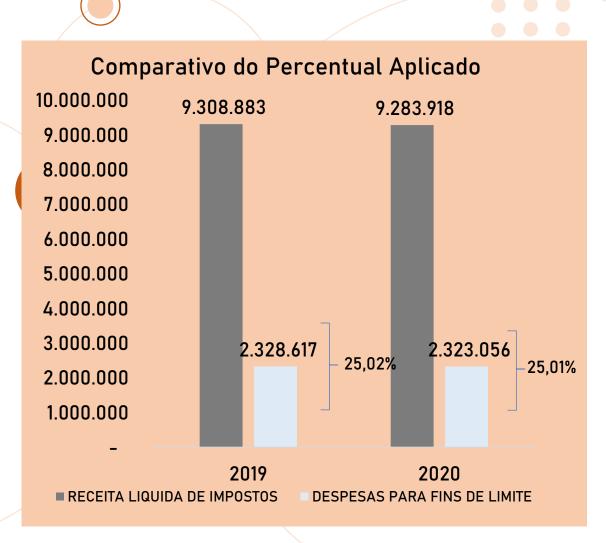




Fonte: RREO - ANEXO VII

RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO

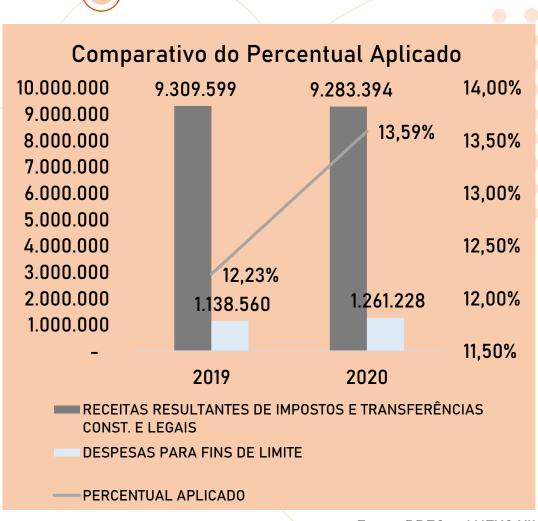
O governo tem a obrigação constitucional de aplicar o mínimo de 25% da sua receita resultante de impostos e tránsferências ações de manutenção em desenvolvimento de ensino. Em 2020, foram aplicados 25,02%, enquanto que no mesmo período de 2019 foram aplicados 25,01%. O Governo do RN manteve seu compromisso de incentivo à Educação Pública apesar da grande crise de Saúde Pandemia provocada pela do Coronavírus.



Fonte: RREO - ANEXO VIII

RECURSOS APLICADOS NA SAÚDE

O governo tem a obrigação constitucional de aplicar o mínimo de 12% da sua receita resultante de impostos e transferências em ações de serviços públicos de saúde. Em 2020, foram aplicados 13,59%, enquanto que no mesmo período de 2019 foram aplicados 12,23%. O aumento de 11,09% é justificado pelo aumento do gasto em saúde com recursos próprios (10,77%) como medida fundamental para o combate à pandemia do coronavírus.



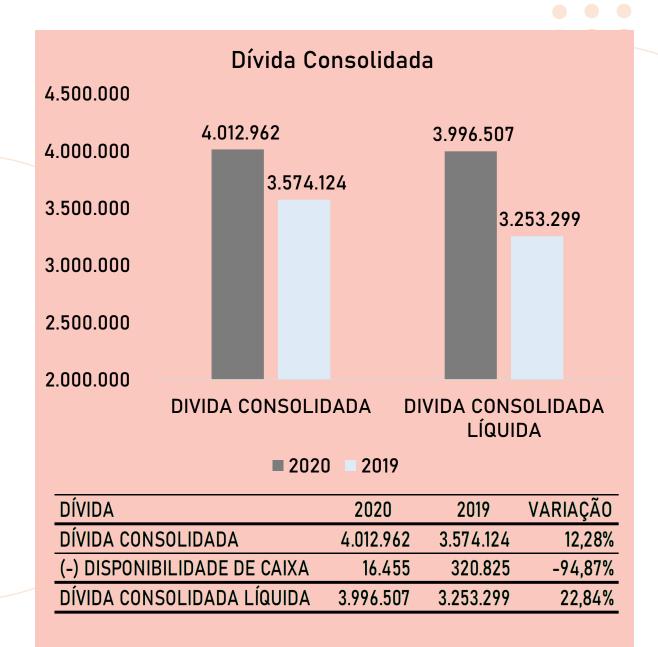
Fonte: RREO - ANEXO XII

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</u> (<u>DCL</u>)

A dívida consolidada bruta aumentou no período 12,28% chegando ao montante de R\$ 4,012 bilhões, e a dívida consolidada líquida – DCL aumentou 22,84%, perfazendo o montante de R\$ 3,996 bilhões.

O Saldo da disponibilidade líquida de caixa em 31/12 foi de R\$ 16,455 milhões, o que representou uma redução de 94,87% em relação ao início do período.

Apesar do crescimento, a DCL representou, em 31/12/2020, 36,71% da RCL, sendo que o limite legal é de 200%. Em suma, a DCL não é um dos problemas fiscais do Estado.



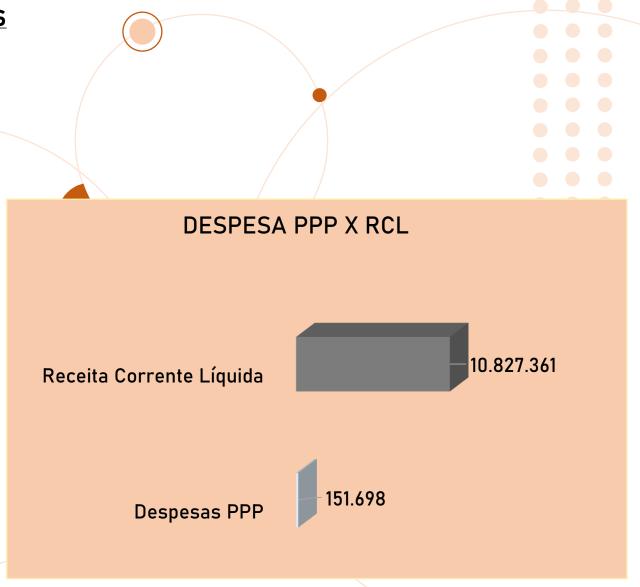
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA

Uma das maiores preocupações do Estado (Poder Executivo) consiste na saúde financeira. Como pode se observar a disponibilidade de caixa líquida está negativa em R\$ 2.675,232 milhões, ou seja, o que se tem em caixa não pagaria hoje todas as obrigações financeiras que já transitaram pelo orçamento. Portanto um dos desafios da gestão é melhorar o perfil do endividamento.

				Em mil reais
EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE		RESTOS A PAGAR	DISPONIBILIDADE
2020	1.071.964	3.309.888	437.308	DE CAIXA LÍQUIDA - 2.675.232
2019	1.352.796	2.852.046	1.072.937	- 2.572.187

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - PPPs

O governo tem vigente um contrato de Parcerias Público-Privadas, que é o Estádio Arena das Dunas. No exercício de 2020, o valor pago totalizou R\$ 151,698 milhões o que representou 1,40% da Receita Corrente Líquida realizada no exercício.



O RN em Foco é mais um meio para que os gestores públicos, órgãos de controle, academia e a sociedade em geral possam acompanhar os números do Estado.

Nesta edição, apresenta-se uma fotografia da situação fiscal do exercício de 2020 com os dados extraídos do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal do período de referência. Os relatórios na íntegra podem ser consultados

http://control.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=5976&ACT=&

PAGE=&PARM=&LBL= e

nos links a seguir:

http://control.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=5980&ACT= &PAGE=&PARM=&LBL=

Apesar de 2020 ter sido marcado pelo ano da pandemia do coronavírus, com forte retração da economia potiguar, brasileira e mundial, o Estado tem números na gestão a comemorar, com destaque para o superávit orçamentário de R\$ 177,605 milhões e a queda do comprometimento legal do gasto com pessoa, que encerrou 2020, no patamar de 54,81%, uma redução de 10% em relação ao mesmo período de 2019.

Os bons números são um alento, porém a saúde financeira do Estado ainda é preocupante e o controle rígido da despesa pública, com medidas de incremento de arrecadação da receita devem continuar a nortear as ações da gestão.

Considerações Finais

